

CORREIO POLÍTICO



Manifestantes tomaram o plenário da comissão

Mesmo com protestos, CCJ aprova PEC que proíbe aborto

“Criança não é mãe e estuprador não é pai”. Mesmo com um enorme protesto que interrompeu a sessão, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com as possibilidades de abortos autorizadas no país foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (27), por 35 votos contra 15. Conforme as informações, a proposta pode acabar com a permissão para se interromper a gravidez nos casos de risco de morte da gestante, de gravidez por estupro e de anencefalia fetal, ou seja, de má-formação do cérebro do feto. Devido aos protes-

tos, que tomaram o plenário da CCJ, a presidente da comissão, deputada Caroline de Toni (PL-SC), pediu aos policiais legislativos que retirassem as manifestantes. Porém, como elas resistiram e, para evitar que alguém se machucasse, os deputados trocaram de plenário. Após esvaziar o plenário principal da CCJ, os parlamentares retornaram para a sala oficial da CCJ e a entrada de visitantes foi proibida. “Sempre permitimos a entrada de manifestantes nessa comissão, desde que sejam feitas de maneira respeitosa e silenciosa, mas essa manifestação foi desrespeitosa”, discursou a parlamentar.



STF julgou ação de defesa de Robinho

Por 9 votos a 2, STF mantém prisão de ex-jogador Robinho

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a manutenção da prisão do ex-jogador de futebol brasileiro Robson de Souza, conhecido como Robinho, pelo crime de estupro contra uma jovem albanesa. Por 9 votos a 2, os ministros da Suprema Corte rejeitaram pedidos da defesa do ex-atleta e mantiveram a decisão do

Superior Tribunal de Justiça (STJ) que determinou o cumprimento da pena imposta a ele, que foi determinado pela justiça italiana. Apenas os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli votaram contrários à prisão do ex-atleta, sob justificativas técnicas. A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada nesta terça-feira (26).

Relembre

O ex-jogador foi condenado pela Justiça italiana a nove anos de prisão pelo crime, ocorrido em 2013. Em março deste ano, o STJ homologou a sentença estrangeira, autorizando a transferência do cumprimento da pena para o Brasil e determinando seu início imediato.

Contrários

Gilmar e Toffoli defenderam que a transferência de pena não poderia ser aplicada a fatos anteriores à edição da lei que criou a possibilidade. Consideram, ainda, que a prisão só poderia ocorrer depois de encerrado o prazo para apresentação de recursos contra a decisão do STJ.

Dois Habeas Corpus

Segundo o STF, foram apresentados dois Habeas Corpus, alegando que a prisão só poderia ser determinada após o fim do prazo para recursos (trânsito em julgado). A defesa também sustentou que a Constituição proíbe que o Brasil extradite seus cidadãos e, portanto, não seria pos-

sível que uma pena estabelecida por sentença estrangeira seja executada no país, como prevê a Lei de Migração. Também foi alegado que a lei, de 2017, não poderia retroagir a um crime ocorrido em 2013. Em março deste ano, o ministro Luiz Fux (relator) negou a concessão de liminar.

Carrefour: Autoridades rebatem boicote francês

Críticas vem de declarações polêmicas sobre carne brasileira

Por Mateus Lincoln

Na última semana, o CEO da rede internacional de hipermercados francesa Carrefour,

Alexandre Bompard, anunciou que a rede deixará de vender carnes do Mercosul, alegando que as carnes não seguem normas sanitárias europeias. Na quarta-feira (27), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), respondeu durante o Encontro Nacional da Indústria, em Brasília, reafirmando que, apesar da oposição francesa, pretende assinar o acordo Mercosul-União Europeia ainda este ano.

Sobre as críticas que compararam a carne brasileira a “lixo”, Lula disse: “os franceses não apitam mais nada. O acordo será conduzido pela Comissão Europeia. Estou há 22 anos nisso e nós vamos fazer.” Ele também criticou o protecionismo francês, pressionado por seus agricultores, e defendeu o fortalecimento do agronegócio brasileiro.

O presidente destacou a importância de ampliar o comércio com novos mercados, mencionando acordos estratégicos com a China e parcerias planejadas com a Índia. “Queremos aproveitar mercados ascendentes e colocar a indústria brasileira lá dentro”, afirmou.

Ainda na quarta-feira, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado aprovou um requerimento para ouvir o embaixador da França no Brasil, Emmanuel Lenain, e o diretor-presidente do Carrefour Brasil, Stéphane Macquarie. A senadora Tereza Cristina (PP-MS) destacou a importância de obter a posição oficial da França sobre as críticas à qualidade da carne brasileira.

Retratção francesa

O Ministério da Agricultura, Carlos Fávaro, que havia questionado o posicionamento do grupo, recebeu na terça-feira (26) uma carta do Carrefour esclarecendo a situação. “Sabemos que a agricultura brasileira fornece carne de alta qualidade. Pedimos desculpas



Governo, Congresso e associações reagem às acusações francesas sobre produção nacional

se houve mal-entendido”, dizia o comunicado.

O pedido de desculpas não foi o suficiente para algumas autoridades brasileiras. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), considerou a resposta “fraca” e defendeu uma posição firme. “Não podemos minimizar o que aconteceu. Essa narrativa falsa precisa ser combatida. É uma escalada de narrativas que não são verdadeiras sobre a produção brasileira”, declarou ele ao defender a aprovação do projeto que trata da reciprocidade de medidas de proteção ambiental em relações comerciais entre os países.

FPA

O deputado federal Pedro Lupion (PP-PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), defendeu a aprovação do projeto de lei da Reciprocidade, que exige que produtores de países que impõem barreiras aos produtos brasileiros sigam a legislação de produção do Brasil ao exportar para o país.

Segundo ele, o texto precisa ser ajustado para evitar conflitos com países que respeitam as normas brasileiras, mas a urgência deve ser votada nos próximos dias. “A prioridade é levar a proposta ao Plenário da Câmara e apensá-la ao texto do Senado”, afirmou Lupion

ao Correio da Manhã, destacando o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira.

Lupion também criticou as declarações de parlamentares franceses, que compararam a carne brasileira a “lixo”, classificando-as como exageradas e motivadas por pressão de produtores locais. Ele defendeu a agropecuária brasileira como ambientalmente responsável, ressaltando que o Brasil é o único país capaz de triplicar a produção de alimentos nos próximos anos, enquanto preserva no mínimo 20% de suas propriedades rurais, conforme a legislação ambiental. “A nossa produção alia responsabilidade social, preservação ambiental e técnicas reconhecidas mundialmente, como o plantio direto”, concluiu.

Mercosul

O senador Nelsinho Trad (PSD/MS), presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, expressou à reportagem preocupação com os boicotes a produtos brasileiros anunciados por setores europeus, especialmente por redes varejistas francesas. Segundo o senador, essas ações prejudicam as negociações do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia e representam uma atitude protecionista que afeta diretamente os

produtores brasileiros.

Trad destacou que o Brasil segue padrões rigorosos de sustentabilidade e normas internacionais, ressaltando os investimentos em rastreabilidade e preservação ambiental. “Essa decisão unilateral foi uma bofetada, uma atitude infeliz. Ela prejudica quem sempre seguiu padrões rigorosos de qualidade de exportação. O Brasil não pode aceitar uma atitude que compromete produtores que trabalham e investem na sustentabilidade do setor agropecuario do nosso país”, afirmou.

O senador anunciou que levará o tema à plenária do Parlasul, em 9 de dezembro, em Montevideo, para debater o impacto do boicote com os países do bloco. Ele também mencionou a forte reação de frigoríficos, produtores e do governo brasileiro. Trad classificou como “desastrosa” a declaração de um representante do Carrefour que criticou a carne brasileira, afirmando que “não vamos aceitar uma situação como essa de degradação dos nossos produtos”.

A Comissão de Relações Exteriores já convidou o embaixador da França e representantes do Carrefour para prestar esclarecimentos. Trad reforçou o compromisso em defender os produtores nacionais e buscar soluções no Parlamento do Mercosul.

STJ e TST aprovam pagamento de quinquênio a ministros

Por Karoline Cavalcante

O Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou as resoluções administrativas que reestabelecem o pagamento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), também conhecido como quinquênio, aos ministros da Corte. A medida foi aprovada na noite desta terça-feira (26).

O quinquênio cria um adicional por tempo de serviço de 5% na remuneração a cada cinco anos, como forma de reconhecimento aos funcionários pelos anos trabalhados. Este subsídio é concedido a agentes públicos em atividades jurídicas, como juízes, procuradores e defensores públicos.

Em sessão ordinária realizada na segunda-feira (25), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) também foi na mesma linha e aprovou a reintegração do benefício. A definição aconteceu sob a liderança pelo presidente do tribunal, o ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga, com a presença dos demais ministros do TST. A publicação foi feita no Diário Oficial da União (DOU) e já está em vigor.

“Determinar o pagamento, em parcela separada, do Adi-



A publicação foi feita no Diário Oficial da União (DOU)

cional por Tempo de Serviço – ATS, efetivamente suprimido após a implantação do subsídio, aos ministros do Tribunal Superior do Trabalho que possuem direito adquirido ao referido adicional, sujeito à correção pelos mesmos índices de reajuste do subsídio, observado o valor correspondente ao percentual a que tinha direito à época, respeitado o teto remuneratório constitucional”, diz a decisão.

Além disso, os reflexos financeiros do pagamento devem retroagir a junho de 2006, com a devida correção monetária e juros de mora, considerando o teto remuneratório de forma mensal.

STF

Em novembro de 2022, o co-

legiado do Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou a reintegração do pagamento do Adicional de Tempo de Serviço (ATS) aos magistrados da Justiça Federal que já haviam incorporado essa parcela aos seus proventos. A medida foi liberada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em abril de 2023, o Tribunal de Contas da União (TCU) ratificou a decisão do ministro Jorge de Oliveira, e determinou a suspensão destes pagamentos aos magistrados federais de todo o Brasil.

Porém, em dezembro de 2023, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu ao pedido da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), que afirmou não ser da competência do TCU controlar atos

do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ao extinguir a medida, Toffoli afirmou que isso é competência do STF, ou seja, o pagamento foi retomado.

O tema foi debatido no plenário da Corte após o Partido Novo apresentar uma ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) contra o CJF. Em fevereiro de 2024, o ministro do STF Gilmar Mendes pediu vista — mais tempo para análise — e o julgamento está suspenso desde então. Antes do pedido, apenas o ministro Cristiano Zanin havia votado. Na ocasião, ele relata a ADPF e defendeu a rejeição da ação.

Congresso Nacional

Está em tramitação no Senado Federal uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa incluir o ATS na remuneração dos integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público, entre outras carreiras (PEC 10/2023). A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em abril de 2024 e é de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ainda não há previsão para quando a PEC será votada no plenário da Casa.